

JOEDSON ALVES/AGÊNCIA BRASIL



Ministério ampliou oferta em razão da alta procura

SUS terá 100 mil teleatendimentos mensais para vício em bets

O Sistema Único de Saúde (SUS) ampliou para até 100 mil o número de teleatendimentos mensais a pessoas que enfrentam problemas relacionados a jogos e apostas online. A iniciativa passa a valer nesta terça-feira (4).

O serviço começou a ser ofertado em março, com uma média de 600 teleatendimentos mensais. A expansão, de acordo com o Ministério da Saúde, se fez necessária em razão da alta procura.

A ferramenta é oferecida por meio do aplicativo Meu SUS Digital, em parceria com o Ministério da Fazenda e a Agência Brasileira de Apoio à Gestão do SUS (AgSUS).

Com atendimento remoto, sigiloso e acolhedor, o serviço oferece orientação e acompanhamento profissional, funcionando como uma porta de entrada para a Rede de Atenção Psicossocial (Raps).

Gravidez reduz oportunidades de meninas

A gravidez na infância ou na adolescência interrompeu os estudos de seis em cada dez (61%) jovens entrevistadas em uma pesquisa da ONG Plan Brasil. A pesquisa ouviu mais de 1,5 mil mulheres de 19 a 29 anos, e comparou as que engravidaram na infância ou adolescência e as que não passaram por essa experiência. Segundo a CEO da Plan Brasil, Cynthia Betti, a gravidez na infância ou adolescência é um ponto de inflexão que aprofunda desigualdades que já existiam antes mesmo da gestação.

FREEPIK



Entrevistadas relataram interrupção de estudos

Eventos climáticos desafiam concessionárias

O aumento da frequência de eventos climáticos extremos, como o vendaval histórico que atingiu o Rio de Janeiro, apresenta um desafio para planos de contingência de concessionárias de energia elétrica. Enchentes, temporais e rajadas de vento intensas derrubam postes e árvores, arrebentam os fios e, além de apagões, causam riscos de curto circuito na rede elétrica. O diretor de Abradee, Ricardo Brandão, afirma que investimentos em resiliência estão sendo feitos, mas reconhece que o cenário é de dificuldades.

Moradores ficaram 30 horas sem luz

“A gente, de fato, está enfrentando uma mudança que piora muito as condições climáticas”, manifestou o diretor da Regulação da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica, Abradee. Na semana passada, moradores de algumas localidades do Rio de Janeiro chegaram a ficar mais de 30 horas sem luz depois que rajadas de até 100 quilômetros por hora atingiram o estado.

Saúde mental I

O debate sobre os impactos das tecnologias digitais na saúde mental dos alunos já faz parte da agenda de oito em cada dez escolas brasileiras. A proporção de instituições de ensino fundamental e médio, públicas e privadas, que discutiram o tema em 2025, cresceu 18 pontos percentuais na comparação com 2024, passando de 62% para 80%.

Saúde mental II

Os resultados constam na pesquisa TIC Educação 2025, lançada nesta terça-feira (4) e realizada pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br) do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), entidade ligada ao Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br).

Igualdade salarial I

Começou na segunda-feira (3) o prazo para que empresas com 100 ou mais empregados atualizem informações que serão usadas na elaboração do 6º Relatório de Transparência Salarial e de Critérios Remuneratórios. O envio dos dados deve ser feito até 31 de agosto, por meio da área do empregador no Portal Emprega Brasil.

Igualdade salarial II

O relatório é um documento previsto na Lei da Igualdade Salarial (Lei nº 14.611/2023) e tem como objetivo dar transparência às diferenças salariais e remuneratórias entre mulheres e homens nas empresas. A legislação determina que empresas com 100 ou mais empregados adotem medidas para garantir essa igualdade.

Anti-washing I

Empresas e consumidores podem acessar, a partir desta terça-feira (4), um manual de comunicação anti-washing online gratuito, para orientar a propaganda e divulgação de ações socioambientais e boas práticas de governança. Uma inteligência artificial (IA) também foi treinada para esclarecer dúvidas sobre o tema.

Anti-washing II

O manual é uma iniciativa da Plataforma de Ação Para Comunicar e Engajar, uma iniciativa do Pacto Global da ONU – Rede Brasil. A ferramenta reúne critérios práticos para ajudar empresas a comunicar suas agendas ESG. Para acessar o Manual Anti-Washing em Sustentabilidade basta navegar na página do Pacto Global – Rede Brasil.



Projeto determina tornozeleira para quem abusar de vulnerável

CCJ aprova monitoramento eletrônico de condenados

Medida prevê tornozeleira após condenação por estupro de vulnerável

Por **Beatriz Cicci**

Retomados os trabalhos do Congresso, o Senado deverá agora analisar uma proposta que, em julho, foi aprovada em caráter teminativo pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados. A proposta permite o monitoramento eletrônico de condenados em primeira instância pelo crime de estupro de vulnerável, acrescentando a previsão ao Código de Processo Penal.

“Tal ato não antecipa a pena, mas estabelece um controle legítimo do comportamento do indivíduo condenado por um crime de elevada gravidade, resguardando o interesse público e o direito à segurança”, esclarece o texto.

A professora de Direito na Estácio, Carolina Montolli, afirmou que a medida segue um movimento do direito brasileiro em direção a políticas voltadas ao fortalecimento da tutela da infância, especialmente em relação aos crimes contra a dignidade sexual.

TUTELA DA INFÂNCIA

“Além do aumento das penas ocorrido nas últimas décadas, observa-se uma tendência legislativa de incorporar instrumentos de

monitoramento, fiscalização e gestão do risco, aproximando o sistema penal brasileiro de modelos internacionais, voltados não apenas à punição, mas também à prevenção de novas vítimas. Trata-se de uma mudança de paradigma”, explicou.

Segundo a professora, a medida é juridicamente relevante e socialmente necessária, visto que crimes sexuais contra crianças e adolescentes normalmente deixam sequelas psicológicas que acompanham a vítima pelo resto da vida.

“Sob a perspectiva da proteção integral, trata-se de um avanço importante, pois reforça o dever constitucional do Estado de proteger crianças e adolescentes contra toda forma de violência, exploração e abuso sexual”, informou ela. “A última utilização do monitoramento eletrônico amplia a efetividade da execução penal ao permitir fiscalização contínua do condenado, funcionando como um instrumento de prevenção especial voltado à redução do risco de novas infrações.”

O projeto tramitou em caráter conclusivo e agora dependerá da análise e aprovação do Senado para depois ser sancionada pelo presidente da República e virar lei.